

CARTA ANUAL DE
POLÍTICAS PÚBLICAS
E GOVERNANÇA
CORPORATIVA
2022 *ANO-BASE*
2021



SUMÁRIO

Mensagem do Conselho de Administração.....03

Identificação geral04

 Quem somos06

 Nossas principais atividades09

 Interesse público12

 Gerenciamento de riscos e controles internos.....14

 Fatores de risco18

 Sistema de Integridade22

 Principais resultados25

 Governança Corporativa27

 Remuneração da administração33

As boas práticas de governança corporativa e compliance constituem um pilar de sustentação para os nossos negócios. Assim, assumimos compromissos em nossa estratégia que se traduzem em adotar um modelo de governança que permita o equilíbrio entre eficiência e controle, bem como atuar de forma íntegra e transparente, com tolerância zero à fraude e à corrupção.

Implementamos avanços significativos na governança corporativa e nos sistemas de integridade, compliance e controles internos da companhia. E adotamos rigorosos padrões de ética e integridade por meio de iniciativas que reforçam nosso propósito, valores e compromisso com a melhoria contínua e alinhamento às melhores práticas do mercado.

Esses avanços têm sido reconhecidos pelo mercado e gostaríamos de destacar que em 2021 encerramos o acordo com o Departamento de Justiça norte-americana, recebemos o troféu de Empresa Pró-Ética, concedido pela CGU, obtivemos a certificação no Nível 1 do Indicador de Governança IG-SEST, do Ministério da Economia, retornamos ao Dow Jones Sustainability Index e recuperamos R\$ 1,3 bilhão pela Operação Lava Jato, atingindo um total acumulado recuperado de R\$ 6,2 bilhões.

É possível afirmar que temos um sistema robusto de controle e medidas anticorrupção que vão além das exigidas pela legislação.

Se hoje temos uma Petrobras capaz de gerar riqueza – o que é evidenciado, por exemplo, pela perspectiva de retornar para a sociedade 58% da nossa geração de caixa nos próximos cinco anos –, isso somente é possível porque imprimimos racionalidade tanto no nosso plano estratégico como na nossa gestão financeira e operacional, com todos os processos seguindo uma sólida governança.

Todas as nossas conquistas são resultado de muito afinho e trabalho árduo e elas seriam impossíveis sem o pleno engajamento e dedicação da nossa mais do que competente força de trabalho.

O Conselho de Administração segue comprometido com esta jornada de transformação e construção de uma Petrobras cada vez mais forte e resiliente.

Apresentamos aqui a [Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa 2022](#), exercício 2021.

Conselho de Administração da Petrobras

IDENTIFICAÇÃO GERAL



Em conformidade com o artigo 8º, incisos I e VIII, da Lei 13.303, de 30 de junho de 2016 e com o artigo 13, incisos I e VIII, do Decreto 8.945, de 27 de dezembro de 2016, o Conselho de Administração subscreve a presente Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras referente ao exercício social de 2021. As informações contidas neste documento constam do Formulário de Referência, disponível no sítio eletrônico da companhia.

CNPJ/MF nº 33.000.167/0001-01. NIRE 33.300032061

Sede: Avenida República do Chile, 65, Rio de Janeiro, RJ

Tipo de estatal: sociedade de economia mista (Holding)

Acionista controlador: União Federal

Tipo societário: sociedade por ações

Tipo de capital: capital aberto

Abrangência de atuação: internacional

Setor de atuação: petróleo, gás natural e energia

Dir. Executivo Financeiro e de Relacionamento com Investidores: Rodrigo Araujo Alves

Tel.: (021) 3224-2401 | E-mail: dfinri@petrobras.com.br

Auditores independentes: KPMG Auditores Independentes | Responsável técnico: Marcelo Gavioli. Tel.: (21) 2207-9000 | E-mail: mgavioli@kpmg.com.br | Início da atuação: 17/02/2017.

Conselheiros de Administração subscritores

Marcio Andrade Weber – Presidente do Conselho. CPF 184.296.020-20

José Mauro Ferreira Coelho – Presidente da Petrobras. CPF 755.379.667-00

José João Abdalla Filho. CPF 245.730.788-00

Luiz Henrique Caroli. CPF 374.211.587-15

Marcelo Gasparino da Silva. CPF 807.383.469-34

Murilo Marroquim de Souza. CPF 043.198.184-15

Ruy Flaks Schneider. CPF 010.325.267-34

Sonia Julia Sulzbeck Villalobos. CPF 022.306.678-82

Francisco Petros Oliveira Lima Papathanasiadis. CPF 050.199.968-07

Marcelo Mesquita de Siqueira Filho. CPF 951.406.977-34

Presidente e Diretores Executivos subscritores

José Mauro Ferreira Coelho – Presidente da Petrobras | CPF 755.379.667-00

Rodrigo Araujo Alves – Diretor Executivo Financeiro e de Relacionamento com Investidores | CPF 073.100.396-96

Salvador Dahan – Diretor Executivo de Governança e Conformidade | CPF 272.672.828-65

Fernando Assumpção Borges – Diretor Executivo de Exploração e Produção | CPF 506.382.706-34

João Henrique Rittershausen – Diretor Executivo de Desenvolvimento da Produção | CPF 430.522.316-34

Rodrigo Costa Lima e Silva – Dir. Executivo de Refino e Gás Natural | CPF 918.807.425-00

Cláudio Rogério Linassi Mastella – Diretor Executivo de Comercialização e Logística | CPF 355.834.870-20

Juliano de Carvalho Dantas – Dir. Executivo de Transformação Digital e Inovação | CPF 023.122.534-29

Rafael Chaves Santos – Diretor Executivo de Relacionamento Institucional e Sustentabilidade | CPF 763.445.330-72

Versão aprovada pelo Conselho de Administração da Petrobras em 25/05/2022

QUEM SOMOS



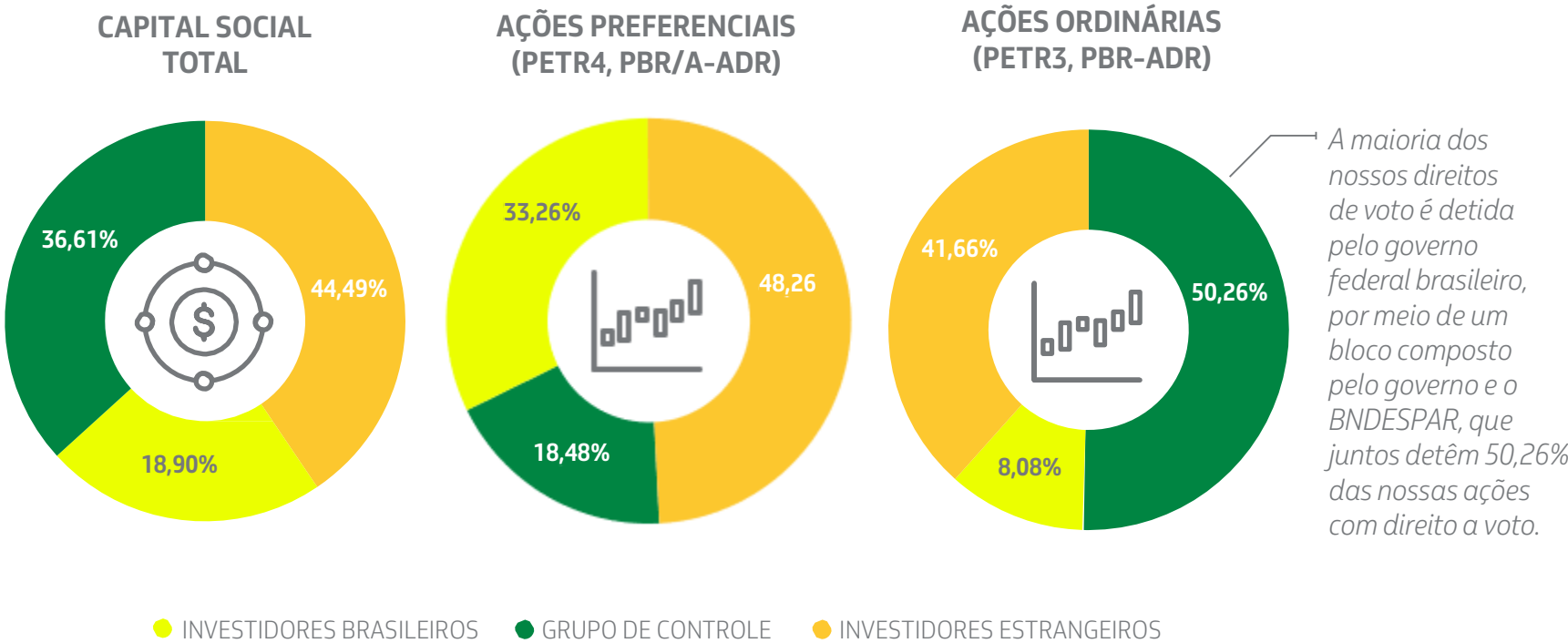
Somos uma sociedade anônima de capital aberto que atua de forma integrada e especializada na indústria de óleo, gás natural e energia. Somos reconhecidos mundialmente por nossa tecnologia de exploração e produção de petróleo e gás natural em águas ultraprofundas. Entretanto, nossos negócios vão além do alcance do campo e da retirada de petróleo e gás. Isso implica um longo processo por meio do qual transportamos petróleo e gás para nossas refinarias e unidades de tratamento de gás natural, que devem estar equipadas e em constante evolução para fornecer os melhores produtos.

Possuímos uma grande base de reservas provadas e operamos e produzimos a maior parte do petróleo e gás do Brasil. A maioria de nossas reservas provadas no mercado interno está localizada nas bacias marítimas de Campos e Santos, no sudeste do Brasil, o que permite otimizar nossa infraestrutura e limitar nossos custos de desenvolvimento e produção para nossas novas descobertas. Além disso, desenvolvemos conhecimentos em exploração e produção em águas profundas e ultraprofundas a partir de quase 50 anos atuando nas principais bacias marítimas brasileiras. A Bacia de Santos consiste na principal fonte de nosso crescimento futuro em reservas provadas e em produção de petróleo.

Operamos através de subsidiárias, *joint ventures* (operações conjuntas) e empresas associadas estabelecidas no Brasil e em outros países. Nossas ações são negociadas na bolsa de valores B3, de São Paulo, desde 1968, e a maioria do nosso capital votante pertence à União Federal. Também temos ações negociadas nas bolsas de valores de Nova Iorque (NYSE) e de Madri (Latibex).

A Petrobras é controlada pela União Federal, que detém diretamente 50,26% das ações ordinárias e 28,67% do nosso capital social total. A União Federal detém, ainda, participação indireta de 18,48% das nossas ações preferenciais; e 7,94% do nosso capital social total, por meio dos seguintes acionistas: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e BNDES Participações S.A. (BNDESPAR).

A composição do nosso capital social refere-se à posição acionária de 30/04/2022.



NOSSA ESTRATÉGIA

Em novembro de 2021, nosso Conselho de Administração aprovou o Plano Estratégico para o quinquênio 2022-2026 (PE 2022-26). Com a visão de “Ser a melhor empresa de energia na geração de valor, com foco em óleo e gás, sustentabilidade, segurança, respeito às pessoas e ao meio ambiente”, reafirmamos nossos valores:

- *Respeito à vida, às pessoas e ao meio ambiente;*
- *Ética e transparência;*
- *Superação e confiança;*
- *Orientação ao mercado e Resultados.*

Além disso, mantemos nosso propósito de “Prover energia que assegure prosperidade de forma ética, segura e competitiva”.



O PE 2022-26 apresenta quatro métricas de topo que quantificam os atributos da visão e fornecem uma orientação mais explícita sobre os **nossos** principais objetivos de curto prazo. A vida é um valor inegociável para **nós** e, por isso, seguimos ambicionando zero fatalidade. O indicador TAR (taxa de acidentes registráveis por milhão de homens-hora) é uma de nossas métricas de topo, mas não é utilizado para fins de remuneração variável dos empregados. Para 2022, o limite de alerta permanece abaixo de 0,7, o que reafirma o **nosso** compromisso com a vida e **nos** mantém no melhor quartil da indústria.

De maneira a garantir o alinhamento dos incentivos para o atingimento das metas, três dessas métricas impactarão diretamente a remuneração dos executivos e de todos os empregados da companhia em 2022. As métricas são:

- *Indicador de atendimento às metas de emissões de gases de efeito estufa (IAGEE) de 16,5kgCO_{2e}/boe no E&P e 39,2kgCO_{2e}/CWT no Refino;*
- *Volume vazado de óleo e derivados (VAZO), com limite de alerta de 120 m³;*
- *Delta do EVA[®] consolidado de US\$ 2 bilhões.*

As métricas IAGEE e VAZO estão alinhadas aos compromissos de baixo carbono e sustentabilidade ambiental do PE 2022-26, que manteve a ambição de zero vazamento.

O PE 2022-26 propõe um conjunto de estratégias que incorporam e dão visibilidade a acontecimentos e questões relevantes para o futuro da Petrobras, como, por exemplo:

- *transparência e foco em sustentabilidade (ASG – Ambiental, Social e Governança), em especial em relação à descarbonização das operações;*
- *maximização do valor do portfólio, com foco em ativos de águas profundas e ultraprofundas;*
- *agregação de valor ao parque de refino, com processos mais eficientes e novos produtos; e*
- *fortalecimento da integração das atividades de comercialização e logística.*

Este plano estratégico demonstra o nosso compromisso de ser uma companhia cada vez mais focada na geração de valor, transformando recursos em riqueza para a sociedade. Com a nossa dívida agora equacionada, continuaremos atuando com forte disciplina de capital, concentrando nossos investimentos no desenvolvimento do pré-sal, sempre focando na eficiência em carbono para continuar sendo uma das produtoras de óleo e gás mais eficientes do mundo, enquanto amadurecemos oportunidades em novos negócios.

NOSSOS COMPROMISSOS

Nosso modelo estratégico tem como princípio produzir petróleo e gás compatível com cenários de descarbonização acelerada da sociedade, adotando o conceito da dupla resiliência: econômica, resiliente a cenários de baixos preços de petróleo, e ambiental, com baixo carbono.

O comprometimento com a saúde e segurança das pessoas e o aumento do impacto positivo na sociedade e a mitigação dos impactos negativos das nossas operações também fazem parte do nosso PE 2022-2026.

Nossa visão de sustentabilidade ancora-se também em compromissos na área de responsabilidade social, abrangendo projetos socioambientais, direitos humanos e o relacionamento comunitário.

Nossa estratégia prevê também promoção da cultura de responsabilidade social e do diálogo com a sociedade, por meio de uma comunicação ativa e transparente e estimulando a geração de boas práticas.

Em linha com nosso propósito seguimos com o compromisso de adotar um modelo de governança que permita o equilíbrio entre eficiência e controle, por meio de otimização de nosso quadro societário, com foco no ambiente competitivo, no fortalecimento do processo decisório, na segurança e celeridade e sendo referência na adoção de tecnologias digitais.

Não toleramos desvios de conduta contrários aos princípios descritos em nosso Código de Conduta Ética ou o descumprimento de obrigações legais e contratuais, exigindo o mesmo padrão de comportamento a nossos colaboradores, parceiros e fornecedores.

Para mais informações, ver itens 6.3, 10.8 e 15.4 do Formulário de Referência, Relatório de Sustentabilidade e seção Visão Geral do nosso [site de Investidores](#) na internet.

NOSSAS PRINCIPAIS ATIVIDADES



Somos uma das maiores produtoras de petróleo e gás do mundo. Em 2021, os campos operados pela companhia produziram 93,38 % do petróleo e gás natural do Brasil, segundo compilação dos dados publicados mensalmente no Boletim Mensal de Produção da ANP em 2021.

Em decorrência dos mais de 50 anos atuando nas bacias marítimas brasileiras, desenvolvemos um conhecimento técnico especial na exploração e produção em águas profundas e ultraprofundas, nos tornando líder mundial nessa classe de ativo, segundo compilação dos dados publicados a partir de base de dados da consultoria IHS Markit.

A maior parte das nossas reservas domésticas provadas está em grandes campos das bacias *offshore* adjacentes de Campos e Santos, o que nos permite obter benefícios de uma produção em larga escala, otimizando nossa infraestrutura e controlando os custos de exploração, desenvolvimento e produção.

Também atuamos nos mercados de refino, transporte e comercialização, possuindo e operando 12 refinarias (após a conclusão da venda da RLAM no final de 2021) e uma unidade de processamento de xisto, responsáveis pela maior parte da capacidade de refino no Brasil, que está substancialmente concentrada na região Sudeste, onde se encontram os mercados mais populosos e industrializados do país e adjacente às principais fontes de petróleo e gás natural nas bacias de Campos e Santos.

Além disso, atuamos na geração de energia, na atividade de biocombustíveis, petroquímica e nos negócios de distribuição, por meio de participações em algumas empresas.

A concentração da produção de petróleo nas bacias de Campos e Santos, associada à localização do nosso parque de refino, que possui 69% da capacidade instalada na região Sudeste, e, ainda, à concentração de mais de 60% da demanda total de diesel, gasolina e GLP nas regiões Sul e Sudeste, nos permitem organizar de forma bastante integrada os nossos negócios no Brasil.

No exterior, estamos presentes nas seguintes regiões: América do Sul (Argentina, Bolívia e Colômbia), América do Norte (Estados Unidos, através de *joint venture* com a Murphy Oil Corporation - "Murphy") Europa (Holanda) e Ásia (Singapura).

Alinhados à nossa estratégia de foco nas oportunidades em águas profundas e ultraprofundas no Brasil, desde 2012 vimos reduzindo substancialmente a nossa atividade internacional, com a venda de ativos e empresas, com base na nossa gestão ativa de portfólio. Para informações sobre desinvestimentos, ver capítulo 10.8.a.iii do Formulário de Referência.

Informações sobre segmentos operacionais

a. Produtos e serviços comercializados

Nossos negócios estão divididos em três principais segmentos:

Segmento	Descrição
Exploração e Produção (E&P)	Abrange as atividades de exploração, desenvolvimento da produção e produção de petróleo, LGN (líquido de gás natural) e gás natural no Brasil e no exterior, objetivando atender, prioritariamente, as refinarias do país e atuando também de forma associada com outras empresas em parcerias, além das participações societárias em empresas deste segmento no exterior.
Refino, Transporte e Comercialização (RTC)	Contempla as atividades de refino, logística, transporte, aquisição e exportação de petróleo bruto, assim como a compra e venda de produtos derivados do petróleo e etanol, no Brasil e no exterior. Adicionalmente, esse segmento inclui a área de petroquímica, que compreende investimentos em sociedades do setor petroquímico, a exploração e processamento de xisto.
Gás & Energia (G&E)	Contempla as atividades de logística, comercialização de gás natural e energia elétrica, transporte e comercialização de gás natural liquefeito (GNL), geração de energia através de usinas termelétricas, bem como participação em sociedades transportadoras e distribuidoras de gás natural no Brasil e no exterior. Nesse segmento, também são incluídos os resultados de operações de processamento de gás natural e produção de fertilizantes da companhia.

Além disso, a classificação “Corporativo e outros negócios” inclui os itens que não podem ser atribuídos aos segmentos de negócios, compreendendo aqueles com características corporativas, além dos negócios de distribuição e biocombustíveis. Itens corporativos incluem principalmente aqueles vinculados à gestão financeira corporativa, *overhead* relativo à administração central e outras despesas, incluindo despesas atuariais referentes aos planos de pensão e de saúde destinados aos assistidos. Os negócios de distribuição refletem a participação societária na coligada Vibra Energia, antiga Petrobras Distribuidora, até julho de 2021, quando a companhia vendeu sua participação remanescente nessa coligada, e negócios de distribuição de derivados no exterior (América do Sul). Os negócios de biocombustíveis refletem as atividades de produção de biodiesel, de seus coprodutos e de etanol.

b. receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida da companhia

Exercício social encerrado em (valores em milhões de reais)

Segmento	31/12/2021	%	31/12/2020	%	31/12/2019	%
E&P	299.929	39	174.085	38	199.429	38
RTC	401.756	52	241.966	52	266.613	52
G&E	64.987	9	39.275	9	45.252	9
Corp & outros	2.732	-	4.439	1	4.802	1
Receita agregada	769.404	100	459.765	100	516.096	100
Eliminações ⁽¹⁾	(316.736)		(187.696)		(213.851)	
Consolidado	452.668		272.069		302.245	

(1) Correspondem às operações internas entre os nossos segmentos de negócio, as quais são eliminadas quando da elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

c. Lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido da companhia

Exercício social encerrado em (valores em milhões de reais)

Segmento	31/12/2021	%	31/12/2020	%	31/12/2019	%
E&P	125.798	108	24.060	539	49.854	107
RTC	31.083	27	703	16	3.548	8
G&E	(717)	(1)	4.566	102	16.813	36
Corp e outros	(39.395)	(34)	(24.862)	(557)	(23.639)	(51)
Lucro/Prejuízo Agregado	116.769	100	4.467	100	46.576	100
Eliminações ⁽¹⁾	(9.505)		1.779		(5.606)	
Consolidado	107.264		6.246		40.970	

(1) Correspondem às operações internas entre os nossos segmentos de negócio, as quais são eliminadas quando da elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

Para mais informações sobre nossas atividades e de nossas controladas, os nossos mercados de atuação e diversificação geográfica ver itens 7.1, 7.2 e 7.3 do Formulário de Referência, disponível em nosso [site de Investidores](#) na internet.

INTERESSE PÚBLICO



Somos uma sociedade de economia mista, constituída pela Lei nº 2.004, de 3 de outubro de 1953, posteriormente revogada pela Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, cuja maioria do capital votante pertence ao governo federal brasileiro. A constituição de sociedade de economia mista somente é admitida quando necessária aos imperativos da segurança nacional ou em casos de relevante interesse coletivo, na forma do artigo 173 da Constituição da República.

Para tanto, conforme previsto no artigo 238 da Lei nº 6.404/76, poderemos ter nossas atividades orientadas com a finalidade de atender ao interesse público que justificou a nossa criação, visando ao atendimento do objetivo da política energética nacional previsto no artigo 1º, inciso V, da Lei nº 9.478/97, de garantir o fornecimento de derivados de petróleo em todo o território nacional.

A contribuição para a consecução desse interesse público deve ser compatível com o objeto social da Petrobras e com as condições de mercado, não podendo colocar em risco a rentabilidade e a sustentabilidade financeira da companhia.

Assim, na forma do artigo 8º, §2º, da Lei nº 13.303/16, caso o atendimento ao interesse público se dê em condições diversas às de qualquer outra sociedade do setor privado que atue no mesmo mercado, as obrigações ou responsabilidades assumidas por nós deverão estar definidas em norma ou regulamento e previstas em documento específico, como contrato ou convênio, observada a ampla publicidade destes instrumentos, bem como a divulgação dos seus custos e receitas discriminados, inclusive no plano contábil.

Em linha com esses normativos, em dezembro de 2017, realizamos ajustes em nosso Estatuto Social para indicar, de forma clara, o relevante interesse coletivo que justificou a nossa criação, bem como para formalizar os requisitos para seu atendimento, nas hipóteses em que esse se dê em condições diversas às de qualquer outra sociedade do setor privado que atue no mesmo mercado. Nesse caso, caberá à União nos compensar, a cada exercício social, pela diferença entre as condições de mercado e o resultado operacional ou retorno econômico da obrigação assumida, conforme expresso no art. 3º do nosso Estatuto Social.

Cientes dos requisitos legais e parâmetros objetivos previstos na Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016 e no Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016, que determinam a explicitação dos compromissos realizados para a consecução de objetivos de políticas públicas, bem como dos recursos e dos impactos financeiros advindos, visando à divulgação de informações completas e consistentes, descrevemos a seguir as obrigações ou compromissos assumidos antes da Lei nº 13.303/16 e da reforma do nosso Estatuto Social que inseriu as previsões relativas ao interesse público.

a. Programa Nacional de Racionalização do Uso dos Derivados do Petróleo e do Gás Natural (Conpet)

O programa do governo federal, vinculado ao Ministério de Minas e Energia, instituído por meio do Decreto de 18 de julho de 1991 e executado com o apoio técnico e administrativo da Petrobras, visa promover o desenvolvimento de uma cultura antidesperdício no uso dos recursos naturais não renováveis. Desde a sua criação, o Conpet desenvolve parcerias para a realização de avaliações das emissões de materiais particulados em ônibus e caminhões, bem como para a orientação da sociedade quanto ao uso eficiente dos veículos.

Em 2021, foram realizadas as seguintes atividades pertinentes ao Conpet:

- *Participação no Programa Brasileiro de Etiquetagem (PBE), em parceria com o Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro), que visa estimular a produção e a utilização de aparelhos a gás e veículos mais eficientes. Esse programa busca incentivar o consumo consciente informando ao consumidor, por meio da Etiqueta Nacional de Conservação de Energia, sobre o consumo de combustíveis dos diversos modelos de automóveis e de aparelhos que utilizam gás.*

Possuímos um representante no grupo que coordena o Conpet, bem como provemos apoio técnico e administrativo ao programa, por meio do Centro de Pesquisa e Desenvolvimento Leopoldo Américo Miguez de Mello (Cenpes). Os profissionais envolvidos nestas atividades não possuem dedicação exclusiva ao referido programa e não são responsáveis pelas ações de certificações.

Continuamos em tratativas junto ao Ministério de Minas e Energia (MME) para transferência das atividades no Grupo Coordenador do Conpet, nas condições de Membro Nato – Secretário Executivo e Representante Técnico do Cenpes, para outro ente a ser definido pelo MME. O interesse pela transferência foi manifestado por carta protocolada junto ao ministério.

Para o exercício social em curso, enquanto não é definida a tratativa de transferência das atividades, está prevista a continuidade da participação nos programas de etiquetagem PBE Veicular, PBE Fogões e Fornos e PBE Aquecedores, bem como o atendimento a convocações de Participações Técnicas pelo MME.

O valor aplicado no Conpet no ano de 2021 foi de aproximadamente R\$ 527 mil, custeados pelo nosso orçamento. O orçamento previsto para 2022 é de R\$ 454 mil. A origem dos recursos é a geração própria de caixa da companhia.

b. Programa Prioritário de Termelétricidade (PPT)

Em 24 de fevereiro de 2000, frente ao risco iminente de racionamento de energia, foi instituído mediante o Decreto nº 3.371, o Programa Prioritário de Termelétricidade (“PPT”), o qual visava estimular investimento nesta fonte de geração, diversificando a oferta de energia no país.

Nesse contexto, o Ministério de Minas e Energia, no âmbito de suas atribuições, publicou a Portaria 43, de 25 de fevereiro de 2000, assegurando às usinas integrantes desse Programa, desde que tivessem entrado em efetiva operação comercial até 31 de dezembro de 2004, fazerem jus ao suprimento de gás natural pela Petrobras, em linha com a Lei nº 9.478/97, por um prazo de até 20 anos, contados a partir do início da operação comercial, com preço pré-estabelecido, reajustado pela inflação americana, e conforme Portaria Interministerial MME/MF 234, de 22 de julho de 2002.

O suprimento de gás para as usinas no âmbito do PPT gerou, em 2021, receitas de aproximadamente R\$ 1,754 bilhão e custos de R\$ 2,812 bilhões, resultado este suprido pelo nosso orçamento. Cabe ressaltar que o resultado auferido em 2021 nos contratos do PPT estão fortemente impactados pelo alto despacho termelétrico em função da crise hídrica enfrentada pelo setor elétrico, bem como pelos maiores preços de GNL no mercado internacional.

Nossa atuação no PPT está pautada no cumprimento dos contratos de suprimento de gás natural celebrados com as usinas termelétricas integrantes do Programa.

As informações sobre interesse público estão também descritas no item 7.1.a do Formulário de Referência, disponível em nosso [site de Investidores](#) na internet.

GERENCIAMENTO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS



Acreditamos que a gestão integrada e proativa de riscos é fundamental para a entrega de resultados seguros e sustentáveis. Nossa Política de Gestão de Riscos Empresariais tem como princípios fundamentais o respeito à vida em toda a sua diversidade, a atuação ética e em conformidade com requisitos legais e regulatórios, bem como o pleno alinhamento e a coerência com o nosso plano estratégico. A gestão de riscos é integrada com a orientação de ações de resposta a riscos que considerem os possíveis impactos nos nossos stakeholders e voltadas para a agregação ou a preservação de valor para os acionistas e a continuidade dos negócios.

Nosso processo de gestão de riscos é coordenado por uma área corporativa, permitindo a padronização e a uniformização de nossas análises de risco e o gerenciamento das responsabilidades dos riscos, que estão estruturados de acordo com o modelo de três linhas. Neste modelo, cada grupo de gestores que compõe as linhas desempenha um papel distinto na estrutura de governança. Isto pressupõe um conjunto de atividades contínuas e integradas, apoiadas numa estrutura que compreende, na prática, o CA, DE, titulares da estrutura geral e todos os empregados, prestadores de serviço e demais partes relacionadas.

A identificação, a avaliação e o tratamento dos riscos são feitos pelas unidades organizacionais em articulação com a Gerência Executiva de Riscos, a qual reporta periodicamente à DE e ao CA os nossos principais riscos. A avaliação da eficácia do processo de gestão de riscos é feita pela Auditoria Interna, órgão subordinado diretamente ao CA.

Essa estrutura de governança foi desenhada de forma a possibilitar uma adequada segregação de funções entre os tomadores de riscos e os responsáveis pela definição dos limites à exposição e pelo seu monitoramento periódico.

As instâncias envolvidas em nossa governança no tema gestão de riscos e suas respectivas atribuições e responsabilidades são apresentadas a seguir:

- **Conselho de Administração:** aprovar o nosso apetite a risco (definido como a quantidade total de riscos que a empresa está disposta a assumir na busca de sua missão ou visão) e acompanhar de forma sistemática a gestão de riscos.
- **Comitê de Auditoria Estatutário:** assessorar o Conselho de Administração no estabelecimento de políticas globais relativas à gestão de riscos, analisar controles internos, bem como avaliar e monitorar as exposições de risco da companhia.
- **Comitê de Auditoria Estatutário do Conglomerado:** assessorar o Conselho de Administração no estabelecimento de políticas globais relativas à gestão de riscos das sociedades do Conglomerado Petrobras.
- **Diretoria Executiva:** propor ao Conselho de Administração a aprovação do apetite a risco da Petrobras e deliberar sobre medidas necessárias para garantir o alinhamento entre o apetite ao risco e a exposição a risco da Petrobras.

- **Comitê Executivo de Riscos:** monitorar as ações de tratamento dos riscos empresariais, analisar e emitir recomendações sobre as políticas e processos de gestão de riscos, as métricas de acompanhamento e limites de exposição a riscos, bem como encaminhar à Diretoria Executiva tema de gerenciamento de riscos que julgar relevante dar conhecimento.

As atividades dos órgãos acima são regidas pelos seus regimentos internos, que definem a finalidade, composição, atribuições, regras de funcionamento, deveres, responsabilidade e avaliação de desempenho de cada colegiado.

O Conselho de Administração e a Diretoria Executiva acompanham periodicamente os principais resultados da gestão de riscos na Petrobras. Normalmente, na tomada de decisão de questões relevantes na companhia são considerados de forma sistemática os riscos e as ações de resposta em cada alternativa de decisão.

POLÍTICA DE GESTÃO DE RISCOS

Nossa Política de Gestão de Riscos Empresariais, aprovada pelo Conselho de Administração, apresenta uma abordagem abrangente da gestão dos riscos empresariais, uma vez que associa a tradicional visão econômico-financeira a elementos de gestão contra ameaças à vida, à saúde e ao meio ambiente (SMS), de proteção do patrimônio e das informações empresariais (inteligência e segurança corporativa) e de combate à fraude e corrupção (conformidade legal), dentre outros riscos.

Entendemos que os riscos devem ser considerados em todas as decisões, sua gestão deve ser realizada de maneira integrada e as respostas a eles devem atentar para as possíveis consequências cumulativas de longo prazo e de longo alcance.

Os riscos aos quais estamos expostos (riscos empresariais) são classificados em três agrupamentos: (a) operacional, (b) financeiro e (c) conformidade, legal e regulatório.

OPERACIONAL

Reúne riscos decorrentes das atividades fim da companhia, além daqueles decorrentes de falhas, deficiências ou inadequações de processos internos e industriais, do suprimento de bens e serviços, sistemas, assim como de catástrofes naturais e/ou ações de terceiros.

FINANCEIRO

Reúne os riscos oriundos de flutuações de mercado, inadimplemento de contrapartes e de descasamento entre ativos e passivos.

CONFORMIDADE, LEGAL E REGULATÓRIO

Reúne os riscos empresariais relacionados ao cumprimento das leis e dos regulamentos pertinentes aplicáveis à empresa, bem como seu Código de Conduta Ética e outros documentos relacionados.

Riscos emergentes

Riscos emergentes são os riscos de longo prazo que temos identificado como de maior severidade e que poderiam afetar significativamente a execução de nosso plano estratégico atual ou subsequentes. Entre os principais riscos emergentes identificados por nós estão o risco carbono, a pandemia de Covid-19 e o risco de segurança cibernética.

Instrumentos para proteção

Uma vez identificados os riscos, as ações de resposta são avaliadas frente às possíveis consequências cumulativas de longo prazo e de longo alcance dos riscos, e priorizadas de acordo com a agregação ou preservação de valor aos acionistas.

- **Riscos Operacionais:** a gestão deste risco dá-se a partir de rígidos programas de inspeções e manutenções em nossas instalações, além de um contínuo esforço de treinamento da nossa força de trabalho para o correto cumprimento de requisitos de segurança, de acordo com as melhores práticas internacionais.

Além disso, a Petrobras possui um Guia de Gerenciamento de Crise, alinhado às recomendações do Guia de Orientação para Gerenciamento de Riscos Corporativos do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC) e do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da B3.

A gestão de riscos operacionais também perpassa a nossa gestão ativa de portfólio. A gestão destes riscos, por sua vez, ocorre a partir de um robusto processo de planejamento e de gestão da nossa carteira. Além disso, monitoramos continuamente a evolução do cenário externo e a nossa atuação junto aos nossos diversos públicos de interesse.

- **Riscos Financeiros:** a gestão dos nossos riscos financeiros é sempre realizada de maneira integrada, privilegiando os benefícios inerentes à diversificação. Gerenciamos ativamente nossos riscos financeiros considerando nossos diversos fluxos operacionais, as aplicações das disponibilidades financeiras, condições de endividamento e demais posições em ativos, passivos, desembolsos e recebimentos para mitigar a exposição aos riscos de preços de commodities, moedas e juros. A contratação de derivativos também pode ser aplicada no tratamento destes riscos.

As variações cambiais podem ter um impacto imediato sobre os nossos resultados e no aumento no valor da dívida, em função da desvalorização do real em relação ao dólar e do aumento da taxa de juros, exceto para uma parte de nossas obrigações denominadas em dólares, que estão sujeitas à nossa política de contabilidade de *hedge*. De acordo com a nossa prática de contabilidade de *hedge*, as designações de *hedge* são feitas na medida em que as futuras exportações são consideradas altamente prováveis.

- **Riscos de Conformidade, Legais e Regulatórios:** não toleramos desvios de conduta contrários aos princípios descritos no Código de Conduta Ética ou de descumprimento de nossas obrigações legais e contratuais, exigindo o mesmo padrão de comportamento de nossos colaboradores, parceiros e fornecedores.

Os riscos de conformidade, em especial os de fraude, corrupção, lavagem de dinheiro e de confiabilidade dos relatórios financeiros, são mitigados por meio de controles internos, da constante divulgação do Código de Conduta Ética, do Sistema de Integridade e outros instrumentos de prevenção adotados pela companhia.

O nosso negócio, incluindo as relações com terceiros, é guiado por princípios éticos. Adotamos um Código de Conduta Ética, Guia de Conduta de Fornecedores e uma série de políticas internas destinadas a orientar nossos administradores, empregados e prestadores de serviços e reforçar nossos princípios e regras de comportamento ético e conduta profissional. Oferecemos aos funcionários, contratados e terceiros um canal de comunicação externo para o recebimento de denúncias (Canal de Denúncia Petrobras – www.contatoseguro.com.br/petrobras), operado por empresa independente.

Nossos controles internos

Nossa administração é responsável pelo estabelecimento e manutenção de controles internos eficazes referentes à preparação e divulgação das demonstrações financeiras consolidadas, bem como pela avaliação da eficácia dos controles internos em nível de entidade, financeiros e de tecnologia da informação, referentes ao processo de preparação e divulgação das referidas demonstrações, com o objetivo de fornecer segurança razoável relativamente à confiabilidade do processo de preparação e divulgação das demonstrações financeiras consolidadas, de acordo com os International Financial Reporting Standards (IFRS) emitidos pelo International Accounting Standards Board (IASB), e também em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que foram aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Nossa administração, com base nos critérios estabelecidos no Internal Control – Integrated Framework (2013) emitido pelo Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (COSO), procede à verificação do sistema de controles internos, os quais são autoavaliados anualmente pelos gestores (control self-assessment), revisados quanto à adequação do desenho e testados quanto à sua eficácia.

Nossa administração avaliou a eficácia dos controles internos sobre os nossos relatórios financeiros em 31 de dezembro de 2021. Com base nessa avaliação, usando a classificação de deficiências de controle interno da norma brasileira NBC TA 265 (Norma Brasileira de Contabilidade 265), a administração concluiu que os controles internos sobre nossos relatórios financeiros foram efetivos em 31 de dezembro de 2021.

Embora tenhamos enfrentado a pandemia da Covid-19 e, como consequência, tenhamos adotado medidas preventivas, os efeitos da referida pandemia não afetaram materialmente o controle interno sobre os relatórios financeiros.

Estruturas organizacionais envolvidas

Na composição da estrutura da nossa Diretoria Executiva de Governança e Conformidade (DGC), dispomos da Gerência Executiva de Conformidade, que é responsável por conduzir, anualmente, o processo de certificação de controles internos na Petrobras, cuja avaliação de efetividade também conta com a participação da Auditoria Interna, área vinculada ao Conselho de Administração.

O estabelecimento e a manutenção dos nossos controles internos referentes à preparação e divulgação das demonstrações financeiras consolidadas, bem como a avaliação da sua eficácia, é um processo executado pelos gestores, desenvolvido sob responsabilidade do nosso presidente e do diretor executivo Financeiro e de Relacionamento com Investidores e supervisionado pelo Comitê de Auditoria Estatutário, órgão de assessoramento do nosso Conselho de Administração.

Os auditores independentes, no cumprimento de suas atribuições, avaliaram a adequação e a efetividade do sistema de controle interno sobre o processo de preparação e divulgação dos nossos relatórios financeiros e, em seu relatório circunstanciado, preparado nos termos do artigo 25, ii, da Instrução CVM 308/1999, não foram apontadas deficiências significativas e/ou impactos relevantes.

Para mais informações sobre nosso gerenciamento de riscos e controles internos, ver itens 5.1 a 5.3 do Formulário de Referência, disponível em nosso [site de Investidores](#) na internet.

FATORES DE RISCO



A natureza de nossas operações nos expõe a uma série de riscos que, individualmente ou em conjunto, podem ter um efeito em nosso desempenho financeiro. Os riscos aos quais estamos expostos foram classificados nos seguintes grupos: (i) riscos operacionais, (ii) riscos financeiros, (iii) riscos de conformidade, legais e regulatórios. Também estão descritos nessa seção os riscos associados ao Brasil e ao nosso relacionamento com o governo federal.

a. Riscos Operacionais:

a.1. Estamos expostos a riscos de segurança, meio ambiente e saúde em nossas operações, que podem levar a acidentes, perdas significativas, processos administrativos e passivos judiciais.

a.2. Mudanças no ambiente competitivo do mercado brasileiro de petróleo e gás podem intensificar as nossas exigências por um nível de desempenho que permaneça alinhado aos das melhores empresas globais do setor. A necessidade de adaptação a um ambiente cada vez mais competitivo e mais complexo pode comprometer a nossa capacidade de implementação de nosso atual Plano Estratégico ou quaisquer planos subsequentes adotados.

a.3. Falhas em nossos sistemas de tecnologia da informação, sistemas de segurança da informação (cybersecurity) e sistemas e serviços de telecomunicações podem impactar adversamente as nossas operações e reputação.

a.4. A seleção e o desenvolvimento dos nossos projetos de investimento possuem riscos que podem afetar nossos resultados esperados.

a.5. Fatores externos podem impactar o sucesso da implementação de parcerias e gerenciamento de portfólio.

a.6. Mudanças climáticas podem impactar nosso resultado e estratégia.

a.7. Manter os objetivos da produção de petróleo no longo prazo depende da nossa capacidade de incorporar e desenvolver com êxito as nossas reservas.

a.8. Não possuímos seguro contra interrupção de negócios nas operações no Brasil e a maioria dos nossos ativos não está segurada contra guerra ou sabotagem.

a.9. Greves, paralisações ou reivindicações trabalhistas por parte dos nossos empregados ou por empregados de nossos fornecedores ou empresas contratadas podem afetar adversamente os nossos resultados e o nosso negócio.

a.10. Contamos com fornecedores de bens e serviços na operação e realização de nossos projetos e, como resultado, podemos ser afetados adversamente por falha ou atrasos de tais fornecedores.

a.11. Nossos projetos e operações podem afetar e ser afetados pelas expectativas e dinâmicas das comunidades onde atuamos, impactando nossos negócios, imagem e reputação.

a.12. Eventos de escassez hídrica em algumas regiões onde atuamos podem impactar a disponibilidade de água em quantidade e/ou qualidade necessárias às nossas operações, bem como dificuldades na obtenção de outorgas de direito de uso de recursos hídricos, impactando a continuidade de negócios das nossas unidades industriais.

a.13. Mudanças no ambiente econômico, na indústria de petróleo e gás e em outros fatores resultaram, e poderão resultar, em substanciais reduções do valor contábil de alguns dos nossos ativos, o que pode afetar adversamente nossos resultados e condição financeira.

a.14. A capacidade de desenvolver, nos adaptar e ter acesso a novas tecnologias é fundamental para a nossa competitividade.

a.15. Nossas estimativas de reservas de petróleo e gás natural envolvem certo grau de incerteza, o que pode afetar adversamente a nossa capacidade de gerar receita.

a.16. Não somos proprietários das acumulações de petróleo e gás natural no subsolo do Brasil.

a.17. Em decorrência da realização dos desinvestimentos e parcerias, estamos expostos a riscos que podem levar a perdas financeiras não previstas.

a.18. Possuímos ativos e investimentos em outros países da América do Sul, onde a situação política, econômica e social pode impactar negativamente os nossos negócios.

a.19. A atuação de empresas que possuem licença de uso das nossas marcas pode impactar negativamente a nossa imagem e reputação.

b. Riscos Financeiros:

b.1. O nosso fluxo de caixa e rentabilidade estão expostos à volatilidade dos preços do petróleo, gás natural e derivados.

b.2. As flutuações do mercado, relacionadas à instabilidade política, atos de terrorismo, conflitos armados e guerras em várias regiões do mundo, podem ter um efeito adverso relevante em nossos negócios.

b.3. Temos passivos substanciais e podemos estar expostos a restrições de liquidez significativas no curto e médio prazo, o que pode afetar materialmente e adversamente nossa condição financeira e resultados.

b.4. Estamos vulneráveis ao aumento do serviço da dívida resultante da depreciação do real em relação ao dólar americano e aumentos nas taxas de juros vigentes no mercado.

b.5. As obrigações com plano de pensão ("Petros") e assistência médica são estimativas, que são revisadas anualmente, e podem divergir das contribuições reais futuras devido a mudanças nas condições de mercado e econômicas, bem como mudanças nas premissas atuariais.

b.6. Estamos expostos a riscos de crédito de alguns de nossos clientes e aos riscos de inadimplência associados. Qualquer falta de pagamento relevante ou descumprimento por alguns de nossos clientes podem afetar adversamente nosso fluxo de caixa, resultados e condição financeira.

c. Riscos de conformidade, legais e regulatórios:

c.1. Podemos sofrer perdas e dedicar tempo e recursos financeiros na defesa de litígios e arbitragens pendentes.

c.2. A falha em prevenir, detectar em tempo hábil, ou corrigir comportamentos incompatíveis com nossos princípios éticos e regras de conduta pode ter um efeito material adverso sobre nossos resultados e nossa condição financeira.

c.3. Estamos sujeitos ao risco de que os controles internos possam se tornar inadequados no futuro devido a mudanças no ambiente de controles, ou de que o grau de conformidade com nossas políticas e procedimentos possa se deteriorar.

c.4. Possíveis desdobramentos adversos na Operação Lava Jato ou outras investigações futuras relacionadas à possibilidade de descumprimento da Lei Sobre Práticas de Corrupção no Exterior (Foreign Corrupt Practices Act) dos EUA podem nos afetar adversamente. As violações desta ou de outras leis podem exigir que paguemos multas e podem expor a nós e nossos empregados a sanções penais e ações civis.

c.5. Poderemos enfrentar processos adicionais relacionados com a Operação Lava Jato.

c.6. Interpretações divergentes e inúmeras regulamentações ambientais, de saúde e segurança e normas da indústria que estão se tornando mais rigorosas podem resultar em aumento de gastos operacionais e de capital e em redução da produção.

c.7. Interpretações divergentes da legislação tributária ou mudanças na lei tributária podem causar um efeito adverso sobre a nossa condição financeira e sobre os nossos resultados.

c.8. Diferenças de interpretações e novas exigências das agências reguladoras em nosso setor podem resultar na necessidade de aumento de investimentos, despesas e custos operacionais ou podem provocar atrasos na produção.

c.9. Estamos sujeitos a sanções ou a concessão de novas licenças e permissões ambientais, que podem resultar em atrasos na entrega de alguns de nossos projetos e dificuldades para alcançar nossos objetivos de produção de petróleo e gás natural.

c.10. Operações com partes relacionadas podem não ser devidamente identificadas e tratadas.

c.11. Podemos ser obrigados judicialmente a garantir o fornecimento de produtos ou serviços para contrapartes inadimplentes.

d. Riscos associados ao Brasil e ao relacionamento da Petrobras com o governo federal:

d.1. A União Federal, como nosso acionista controlador, pode buscar certos objetivos macroeconômicos e sociais por nosso intermédio, o que pode ter um efeito adverso relevante sobre nós.

d.2. Fragilidade no desempenho da economia brasileira, instabilidade no ambiente político, mudanças regulatórias e percepção do investidor dessas condições podem afetar adversamente o resultado das nossas operações e o nosso desempenho financeiro e podem ter um efeito adverso relevante sobre nós.

d.3. Instabilidade no Ambiente Político Brasileiro.

d.4. Alegações de corrupção política contra membros do governo brasileiro podem criar instabilidade econômica e política.

Estamos expostos a uma série de riscos de mercado inerentes às nossas operações, que compreendem, principalmente, os riscos de variações de índices macroeconômicos e de preços de mercadorias, taxas de câmbio e de juros. Além dos riscos de mercado, riscos de crédito e de liquidez também são considerados relevantes para a companhia.

Condicional à análise do ambiente de negócios e de perspectivas de realização do Plano Estratégico, a execução de estratégia de proteção ocasional através de instrumentos financeiros pode ser aplicável.

Para ver a descrição completa dos nossos Fatores de Risco e riscos de mercado, consultar os itens 4.1 e 4.2 do Formulário de Referência, disponível em nosso [site de Investidores](#) na internet.

SISTEMA DE INTEGRIDADE



A ética é um compromisso de cada um para o bem de todos. Nas relações com nossos diversos públicos, buscamos o comportamento íntegro por meio da disseminação de um conjunto de princípios éticos e compromissos de conduta. Temos como propósito empresarial “prover energia que assegure a prosperidade de forma ética, segura e competitiva” e reafirmamos nossos valores em nosso posicionamento estratégico, que representam nosso compromisso com as pessoas, a sociedade, os parceiros e os acionistas:



A seguir, estão os nossos principais instrumentos relacionados ao nosso sistema de integridade e à prevenção da corrupção.

Código de Conduta Ética

Nosso Código de Conduta Ética segue as melhores práticas de integridade empresarial e representa mais um passo para o fortalecimento de um ambiente íntegro para os negócios. O Código define os princípios éticos que norteiam nossas ações e compromissos de conduta, tanto institucionais quanto da nossa alta administração e empregados, explicitando o sentido ético da nossa missão, da nossa visão e do nosso Plano Estratégico. Ele traz três princípios, dentre eles o de integridade, transparência e meritocracia, e 11 compromissos de conduta, incluindo responsabilidade (*accountability*) e transparência.

De acordo com o disposto em nosso Código de Conduta Ética, em seus itens 4.6. e 4.8, estamos comprometidos com a promoção da integridade no ambiente negocial público e privado e repudiamos toda e qualquer forma de fraude e corrupção, incluindo suborno, lavagem de dinheiro ou negociação com informações privilegiadas, em todos os nossos níveis hierárquicos. Assumimos, ainda, o dever de recusar apoio e contribuições para partidos políticos ou campanhas políticas de candidatos a cargos eletivos.

O Código de Conduta Ética pode ser acessado por todos os colaboradores em nossa página interna e em nosso [site eletrônico externo](#).

Guia de Conduta Ética para os Fornecedores

Criado em 2020, nosso Guia de Conduta Ética para Fornecedores é um documento voltado exclusivamente para nossos fornecedores, com orientações sobre valores e comportamentos éticos esperados. O guia reafirma nossa tolerância zero a toda e qualquer forma de fraude e corrupção, recomendando a mesma postura de nossa cadeia de fornecedores. O documento está publicado em português e inglês e pode ser acessado pelo nosso [site eletrônico externo](#).

Política de Compliance

Nossa **Política de Compliance** possui princípios e diretrizes que objetivam descrever e divulgar os compromissos que assumimos em relação à promoção dos mais altos valores éticos, de integridade e de transparência na condução de nossos negócios, com tolerância zero à fraude, à corrupção e à lavagem de dinheiro.

Programa Petrobras de Prevenção da Corrupção

Nosso Programa Petrobras de Prevenção da Corrupção (PPPC) é movido por ações contínuas de prevenção, detecção e correção de desvios éticos, incluindo atos de fraude, corrupção e lavagem de dinheiro. O programa se destina aos nossos diversos públicos de interesse, tais como alta administração, clientes, fornecedores, investidores, parceiros, poder público, empregados próprios e empregados de empresas prestadoras de serviços.

Todos os nossos negócios e as nossas relações com as contrapartes devem ser pautados pelos mais altos valores de ética, integridade e transparência, em estrita observância às normas e às leis nacionais e internacionais aplicáveis, com tolerância zero a qualquer tipo de desvio de conduta.

Desenvolvemos mecanismos de integridade voltados aos nossos públicos de interesse, incluindo fornecedores, incentivando-os a implementar programas de integridade e a aperfeiçoar continuamente seus processos, de forma a garantir o cumprimento das leis, normas e procedimentos aplicáveis às suas atividades.

Além disso, dispomos dos seguintes mecanismos de integridade:

- Gerenciamento de riscos;
- Processo Administrativo de Responsabilização (PAR);
- Apurações internas;
- Monitoramentos (e-mails, contratos, processos de licitação, listas de sanções, relações familiares vedadas/nepotismo, participação em treinamentos de conformidade, incidentes identificados pela Ouvidoria-Geral, Auditoria Interna e órgãos de controle, entre outros);
- Treinamentos sobre temas de ética e integridade;
- Due Diligence de Integridade (DDI) de Contrapartes;
- Background Check de Integridade (BCI) de Empregados;
- Canal de Denúncia;
- Pesquisa de Percepção sobre as ações de conformidade;
- Momento Integridade nas reuniões de trabalho e nos eventos institucionais; e
- Cláusula de conformidade em minutas contratuais padrão.

Diretoria de Governança e Conformidade

Contamos com uma Diretoria de Governança e Conformidade, liderada por diretor independente, com previsão expressa em Estatuto Social sobre a possibilidade de relato direto ao Conselho de Administração (CA). Desde 2014, o Diretor Executivo de Governança e Conformidade (DGC) é eleito a partir de uma lista de profissionais pré-selecionados por meio de uma empresa terceirizada especializada.

O DGC possui atribuição diferenciada em relação a outros membros da Diretoria Executiva (DE), sendo responsável por emitir um parecer quanto à conformidade processual de pautas submetidas à alta administração. Questões identificadas como relevantes de acordo com a nossa matriz de riscos de integridade requerem pareceres de conformidade. Em caso de parecer não favorável, a pauta não seguirá para deliberação da DE, devendo retornar ao seu emissor para enquadrá-la na conformidade requerida de acordo com os aspectos de integridade.

O nosso Plano Básico de Organização, referenciado em nosso Estatuto Social, evidencia as responsabilidades da Diretoria de Governança e Conformidade, que contemplam as seguintes atribuições: planejar, orientar, coordenar e avaliar as atividades de disseminação da cultura de conformidade, de prevenção de incidentes de fraude, corrupção e lavagem de dinheiro, de controles internos, de análise de integridade dos gestores e de contrapartes, bem como garantir a responsabilização de terceiros e reportar à alta administração o andamento das ações de conformidade, visando garantir um ambiente íntegro para os nossos negócios.

As atividades de governança e conformidade são reportadas trimestralmente ao CAE e ao Conselho Fiscal (CF) e anualmente à DE e ao CA, permitindo o acompanhamento das ações de integridade e a recomendação de esforços para mitigar os riscos corporativos, incluindo aqueles relacionados a fraude e corrupção.

Nossos administradores e gestores possuem responsabilidade adicional com a efetividade das ações de compliance, devendo servir de exemplo legítimo do agir ético para todos os públicos de interesse, mantendo o contínuo fortalecimento do ambiente de integridade como uma de nossas prioridades.

Ouvidoria-Geral, Canal de Denúncia e Portal da Transparência

Compondo o nosso sistema de integridade, a Ouvidoria-Geral é responsável por receber denúncias, solicitações de informação, reclamações, pedidos, consultas, elogios e sugestões de todas as nossas partes interessadas, de maneira confidencial, livre e acessível. Vinculada ao Conselho de Administração, o que lhe assegura independência e imparcialidade, a Ouvidoria-Geral interage com as áreas pertinentes, visando fortalecer e promover o atendimento a demandas e contribuir para a melhoria dos processos internos.

Além do canal direto com a nossa Ouvidoria-Geral, também oferecemos aos nossos públicos um canal externo e independente para o recebimento de denúncias, disponível nos idiomas português, inglês e espanhol, 24 horas por dia, em todos os dias do ano. Nos casos de denúncias, a proteção aos denunciantes se dá na preservação da confidencialidade dos relatos recebidos e no recebimento de relatos anônimos.

A Ouvidoria-Geral apresenta trimestralmente ao Comitê de Auditoria Estatutário (CAE) informações detalhadas sobre as denúncias de incidentes de conformidade consideradas mais críticas, classificadas como de alto e de muito alto risco em nossa matriz. Além disso, apresenta semestralmente ao CAE e anualmente à DE e ao CA informações quantitativas e qualitativas das denúncias recebidas, bem como de outras manifestações, incluindo a solicitação de informações e reclamações, fornecendo subsídios para o aprimoramento da gestão.

Para mais informações sobre nosso Programa de Integridade, ver item 5.4 do Formulário de Referência.

PRINCIPAIS RESULTADOS



Alcançamos em 2021 sólidos resultados operacionais e financeiros, com destaque para o equacionamento do endividamento e o cumprimento de todas as nossas metas de produção de petróleo e gás.

Conseguimos atingir as nossas métricas de topo e todas as metas de produção do ano, entregando uma produção total de óleo e gás de 2,77 milhões de barris de óleo equivalente por dia, tendo o pré-sal representado 70% do volume produzido. Esse fato é de suma importância sob a ótica de geração de valor para nossos acionistas e para a sociedade, uma vez que a produção do pré-sal é mais competitiva e possui melhor qualidade, além de apresentar menor intensidade de emissões de carbono.

Iniciamos em agosto a operação de uma nova unidade no pré-sal, o FPSO Carioca e, em dezembro, adquirimos os direitos de exploração e produção dos campos de Sépia e Atapu, também no pré-sal. Esses eventos nos trazem ainda mais confiança de que continuaremos a entregar crescimento de produção no pré-sal de modo a gerar cada vez mais valor para nossos acionistas e para a sociedade.

No segmento de Refino, Transporte e Comercialização, o fator de utilização médio das nossas refinarias atingiu uma média de 88% no quarto trimestre de 2021 e 83% no ano, o maior índice dos últimos cinco anos. No ano, o volume de vendas de derivados aumentou 8,5% e nós batemos recordes de vendas e produção de diesel S-10. As vendas aumentaram 35% e a produção 10% em 2021. Este movimento ocorre em conjunto à modernização da frota, trazendo melhores resultados ambientais e econômicos para os usuários.

Expandimos nossa atuação comercial em exportações, aumentando a participação da corrente de Atapu e exportando a primeira carga de Sépia, ao mesmo tempo em que Búzios continua como o principal destaque. Também batemos recorde em operações *ship-to-ship*, o que nos confere maior flexibilidade e agilidade nas nossas operações.

Sob a ótica financeira, alcançamos em 2021 um fluxo de caixa livre de US\$ 31,5 bilhões, um EBITDA ajustado recorrente de US\$ 43,5 bilhões e um resultado líquido recorrente de US\$ 15,6 bilhões.

Sem dúvida o maior destaque financeiro foi o atingimento da meta de dívida bruta com antecipação de 15 meses, resolvendo assim um problema que perseguia a Petrobras durante vários anos e que havia sido fruto de decisões empresariais equivocadas. Temos hoje uma dívida bruta de US\$ 58,7 bilhões, resultando em uma relação dívida líquida/EBITDA de 1,1x.

A qualidade da nossa gestão financeira foi reconhecida pela Moody's, com aumento de um nível na nota da companhia, e pela Latin Finance, que nos conferiu o prêmio de melhor operação de gestão de dívidas, e a ANEFAC, pelo Troféu Transparência 2021 pelas nossas demonstrações financeiras.

Com a redução do endividamento, foi possível redirecionar recursos pagos como juros para investimentos. Em 2021, investimos US\$ 8,8 bilhões, aumento de 9% em relação a 2020. Nos próximos cinco anos, planejamos investir mais US\$ 68 bilhões, 24% acima do projetado para 2021-2025. Isso demonstra que estamos trabalhando para a Petrobras crescer de forma sustentável e rentável. E, desta forma, entregar o máximo de retorno para nossos acionistas e para a sociedade.

Hoje somos uma companhia muito mais sólida, responsável e capaz de continuar gerando e distribuindo riqueza para nossos acionistas e para a sociedade.

As informações financeiras contidas a seguir são relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, conforme Demonstrações Financeiras Padronizadas (DFP) divulgadas em 2 de fevereiro de 2022.

Análise da Demonstração de Resultado Consolidado – Exercício 2021 x 2020

Em R\$ milhões	2021	2020	Análise vertical		Análise horizontal 2021x2020	
			2021	2020	R\$	%
Receita de vendas	452.668	272.069	100,0	100,0	180.599	66,4
Custo dos produtos e serviços vendidos	-233.031	-148.107	-51,5	-54,4	-84.924	57,3
Lucro bruto	219.637	123.962	48,5	45,6	95.675	77,2
Vendas	-22.806	-25.020	-5,0	-9,2	2.214	-8,8
Gerais e Administrativas	-6.340	-5.525	-1,4	-2,0	-815	14,8
Custos exploratórios para extração de petróleo e gás	-3.731	-4.170	-0,8	-1,5	439	-10,5
Custos com pesquisa e desenvolvimento	-3.033	-1.819	-0,7	-0,7	-1.214	66,7
Tributárias	-2.180	-4.971	-0,5	-1,8	2.791	-56,1
Perda no valor de recuperação de ativos - <i>Impairment</i>	16.890	-34.259	3,7	-12,6	51.149	-149,3
Outras receitas (despesas), líquidas	3.967	4.695	0,9	1,7	-728	-15,5
Despesas (Receitas) Operacionais	-17.233	-71.069	-3,8	-26,1	53.836	-75,8
Lucro antes do resultado financeiro, participações e impostos	202.404	52.893	44,7	19,4	149.511	282,7
Receitas financeiras	4.458	2.821	1,0	1,0	1.637	58,0
Despesas financeiras	-27.636	-31.108	-6,1	-11,4	3.472	-11,2
Var. monetárias e cambiais líquidas	-36.078	-21.297	-8,0	-7,8	-14.781	69,4
Resultado financeiro líquido	-59.256	-49.584	-13,1	-18,2	-9.672	19,5
Resultado de participações em investidas	8.427	-3.272	1,9	-1,2	11.699	-357,5
Lucro antes dos impostos	151.575	37	33,5	0,0	151.538	409.562,2
Imposto de renda e contribuição social	-44.311	6.209	-9,8	2,3	-50.520	-813,7
Lucro do exercício das operações continuadas	107.264	6.246	23,7	2,3	101.018	1.617,3
Lucro do exercício das operações descontinuadas	0	0	0,0	0,0	0	0
Lucro do exercício	107.264	6.246	23,7	2,3	101.018	1.617,3
Atribuível aos:						
Acionistas da Petrobras	106.668	7.108	23,6	2,6	99.560	1.400,7
Acionistas não controladores	596	-862	0,1	-0,3	1.458	-169,1
Lucro do exercício	107.264	6.246	23,7	2,3	101.018	1.617,3

Os comentários dos nossos diretores executivos referentes às nossas demonstrações financeiras de 2021 estão disponíveis no item 10 do Formulário de Referência e nas Demonstrações Financeiras da Petrobras, disponíveis em nosso [site de Investidores](#) na internet.

GOVERNANÇA CORPORATIVA



As boas práticas de governança corporativa e compliance constituem um pilar de sustentação para os nossos negócios. Nossa prioridade é atuar sempre orientados pela ética, pela integridade e pela transparência.

Nosso modelo de governança, expresso em nossa [Política de Governança Corporativa e Societária](#), tem como objetivo contribuir para: (i) garantir a nossa sustentabilidade e a perenização das melhores práticas de governança; (ii) aprimorar o processo decisório na alta administração; (iii) aprimorar os nossos processos de planejamento, controles e desempenho; (iv) aumentar a transparência e a divulgação de informações; (v) fortalecer a nossa imagem institucional e a nossa reputação; e (vi) gerar valor para os acionistas e demais partes interessadas, de forma ética e sustentável.

Esse modelo tem seu funcionamento orientado pelos seguintes princípios: (i) transparência; (ii) respeito e tratamento equânime aos acionistas e demais partes interessadas; (iii) prestação de contas; (iv) responsabilidade econômica, social e ambiental; e (v) respeito aos requisitos legais e regulatórios estabelecidos nos países onde atuamos.

Em linha com nosso propósito seguimos com o compromisso de adotar um modelo de governança que permita o equilíbrio entre eficiência e controle, por meio de otimização de nosso quadro societário, com foco no ambiente competitivo, no fortalecimento do processo decisório, na segurança e celeridade e sendo referência na adoção de tecnologias digitais.

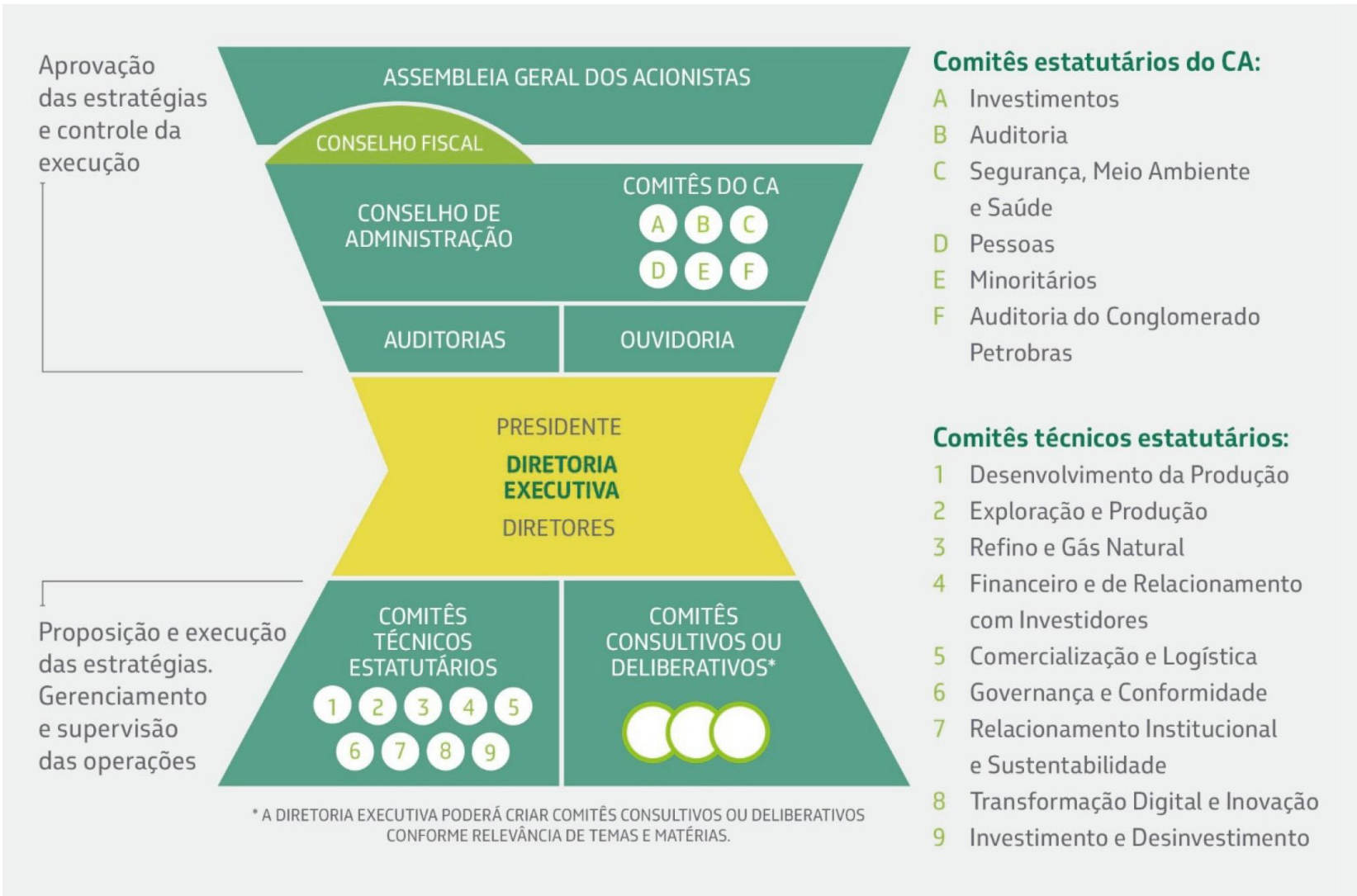
Não toleramos desvios de conduta contrários aos princípios descritos em nosso Código de Conduta Ética ou o descumprimento de obrigações legais e contratuais, exigindo o mesmo padrão de comportamento a nossos colaboradores, parceiros e fornecedores.

Como reconhecimento aos nossos compromissos e avanços em governança, destacamos a seguir os principais obtidos em 2021:

- Recebemos, pela quinta vez seguida, a certificação no Indicador de Governança da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (IG-Sest), do Ministério da Economia, alcançando classificação no melhor nível do indicador (Nível 1).
- Retornamos ao quadro associativo do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC). A Petrobras foi membro do IBGC de 2002 a 2015 e o nosso retorno foi possível diante de diversos aprimoramentos e medidas de governança e conformidade adotadas.
- Atingimos 94% de aderência ao Código Brasileiro de Governança Corporativa (CBGC).
- Fomos aprovados na edição 2020-2021 do Programa Empresa Pró-Ética, do Instituto Ethos e da Controladoria Geral da União (CGU).
- Voltamos a integrar o Dow Jones Sustainability Index World (DJSI World) da S&P Global's Corporate Sustainability Assessment. O DJSI World é um dos mais importantes índices de sustentabilidade no mundo, que avalia as melhores práticas de gestão social, ambiental e econômica. Havíamos deixado o índice em 2015. O retorno ao DJSI World é um reconhecimento aos nossos esforços e iniciativas no aspecto ambiental, social e de governança.

Nossa estrutura de governança

Nossa estrutura de governança corporativa é composta por: Assembleia Geral de Acionistas, Conselho Fiscal, Conselho de Administração (CA) e seus comitês (Comitês do CA), Auditorias (Interna e Externa), Ouvidoria-Geral, Diretoria Executiva e seus comitês (na figura a seguir).



Conselho de Administração

Órgão colegiado de orientação e direção superior da Petrobras, responsável por fixar a orientação geral dos nossos negócios, definir nossa missão, nossos objetivos estratégicos e diretrizes, bem como monitorar sua execução e gestão pela Diretoria Executiva. É composto por, no mínimo, sete e, no máximo, onze membros, eleitos pela Assembleia Geral de Acionistas, todos com prazo de gestão unificado, que não poderá ser superior a dois anos, admitidas, no máximo, três reeleições consecutivas.

As indicações para o Conselho de Administração devem observar as vedações e requisitos previstos na legislação e em nosso Estatuto Social e Política de Indicação. As indicações para o Conselho de Administração são previamente apreciadas pelo Comitê de Pessoas, que auxilia os acionistas na indicação de administradores e Conselheiros Fiscais, opinando sobre o preenchimento dos requisitos e a ausência de vedações para as respectivas eleições.

Nosso Estatuto Social prevê que o Conselho de Administração deve ser composto, no mínimo, por 40% de membros independentes, enquanto a Lei 13.303/16 e o regulamento do Nível 2 da B3 exigem, respectivamente, 25% e 20%. Atualmente temos 82% de membros independentes, sendo que os critérios de independência deverão respeitar os termos do artigo 22, §1º, da Lei nº 13.303/2016, do artigo 36, §1º, do Decreto nº 8.945/2016 e do Regulamento do Nível 2, respeitando-se o critério mais rigoroso das obrigações legais, em caso de divergência entre as regras.

De acordo com nosso Estatuto Social, o CA deve ser composto apenas por membros externos, sem vínculos estatutários ou empregatícios atuais com a companhia, exceto o nosso presidente e o membro eleito pelos empregados. As funções de presidente do CA e de presidente da Petrobras ou principal executivo não são exercidas pela mesma pessoa, em linha com as melhores práticas de governança corporativa.

Comitês Estatutários

Nosso Conselho de Administração conta com seis comitês de assessoramento, órgãos estatutários de caráter permanente, com a missão assessorá-lo no cumprimento de suas responsabilidades de orientação e direção superior da companhia. Os comitês poderão ser compostos por membros do Conselho de Administração e/ou por profissionais de mercado de notória experiência e capacidade técnica. Veja a seguir as principais atribuições dos comitês de assessoramento do nosso Conselho de Administração:

Comitê de Segurança, Meio Ambiente e Saúde (CSMS): assessorar o CA no estabelecimento de políticas e diretrizes relacionadas à gestão estratégica de SMS, mudanças climáticas, transição para uma economia de baixo carbono, responsabilidade social, entre outros assuntos. Esse comitê também monitora indicadores de SMS e pesquisas de imagem e reputação, sugerindo ações quando necessário.

Comitê de Investimentos (COINV): assessorar o CA sobre plano de negócios e demais questões de natureza estratégica, incluindo políticas financeiras, e monitorar suas respectivas execuções. Esse comitê também é responsável por assessorar o CA com relação a oportunidades de negócios, investimentos e/ou desinvestimentos, fusões, incorporações e cisões. Além disso, o COINV assessora o CA na análise do nosso programa anual de financiamento.

Comitê de Auditoria Estatutário (CAE): assessorar o CA em questões envolvendo contabilidade, controles internos, relatórios financeiros, avaliação e monitoramento de exposições de riscos e conformidade. O CAE também recomenda a nomeação dos auditores independentes para o Conselho de Administração e avalia a eficácia dos controles internos e de conformidade legal.

Comitê de Auditoria Estatutário do Conglomerado (CAECO): criado para atender aos requisitos da Lei nº 13.303/16, que prevê a possibilidade de as sociedades controladas compartilharem os custos e as estruturas de suas respectivas controladoras. É responsável por ser o comitê de auditoria das sociedades do Conglomerado Petrobras que não possuem comitê de auditoria local.

Comitê de Pessoas (COPE): auxiliar o CA em todos os aspectos relacionados à gestão de recursos humanos da alta administração, incluindo, mas não se limitando a: remuneração (fixa e variável), nomeações e políticas de sucessão, bem como seleção e elegibilidade. O Comitê de Pessoas atua, em conformidade com a Lei nº 13.303/12 e o Decreto nº 8.945/16, no assessoramento dos acionistas quanto à indicação de membros para o CA e Conselho Fiscal. O COPE também assessora o CA na eventual aplicação de medida do sistema de consequência a membros da Direção Superior e membros externos dos comitês do CA, além de atuar como última instância recursal de procedimentos disciplinares. O Comitê monitora pesquisas de imagem e reputação, recomendando ações quando pertinente.



RAIO-X CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

11 membros

**9 membros independentes e
não executivos**

2 mulheres

**1 representante dos
empregados**

**Vedação de acúmulo das funções
de presidente do CA e CEO**

**Conheça [aqui](#) nossos
conselheiros de administração.**

Comitê de Minoritários (COMIN): assessorar o CA em transações com partes relacionadas envolvendo a União, suas autarquias e fundações e empresas estatais federais, incluindo o acompanhamento da revisão do Contrato de Cessão Onerosa. O COMIN também realiza o aconselhamento dos acionistas, emitindo parecer sobre determinados assuntos de competência da Assembleia Geral, na forma do art. 30, §4º do nosso Estatuto Social.

A composição e as regras de funcionamento dos comitês de assessoramento ao nosso Conselho de Administração são disciplinadas em regimentos internos próprios, aprovados pelo Conselho, disponíveis em nosso [site de Investidores](#) na internet.

Diretoria Executiva

É o órgão responsável pela gestão dos nossos negócios, de acordo com a missão, os objetivos, as estratégias e as diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração.

A Diretoria Executiva é composta por um presidente, escolhido dentre os membros do Conselho de Administração, e oito diretores executivos, eleitos pelo Conselho para um prazo de gestão unificado de até dois anos sendo permitidas, no máximo, três reeleições consecutivas.

Os membros da Diretoria Executiva são responsáveis por gerir suas respectivas áreas de contato, conforme atribuições previstas no Plano Básico de Organização, bem como por meio de reuniões da Diretoria Executiva.

O presidente e os diretores executivos são escolhidos pelo Conselho de Administração, a quem também compete destituí-los, observando as vedações e os requisitos previstos na legislação e em nosso Estatuto Social e na Política de Indicação. Conforme previsto no Estatuto, o presidente será escolhido pelo Conselho de Administração, dentre seus membros.

Os indicados para os cargos de presidente e diretores executivos passam por análises internas para verificar o cumprimento dos requisitos legais, além daqueles previstos em nosso Estatuto Social e na Política de Indicação.

Comitês Técnicos Estatutários (CTE): são órgãos colegiados, de caráter consultivo, previstos no Estatuto Social, compostos por titulares da nossa estrutura geral, e com vínculo de assessoramento a um membro da Diretoria Executiva.

Os membros da Diretoria Executiva contam com até oito Comitês Técnicos Estatutários de assessoramento, com atribuições específicas de análise e recomendação sobre determinadas matérias, na forma do respectivo regimento interno, observado o disposto no artigo 160 da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/1976).

Atualmente, estão em funcionamento os seguintes Comitês Técnicos Estatutários:

- *Comitê Técnico Estatutário de Desenvolvimento da Produção;*
- *Comitê Técnico Estatutário de Exploração e Produção;*
- *Comitê Técnico Estatutário de Refino e Gás Natural;*
- *Comitê Técnico Estatutário Financeiro e de Relacionamento com Investidores;*
- *Comitê Técnico Estatutário de Comercialização e Logística;*
- *Comitê Técnico Estatutário de Governança e Conformidade;*
- *Comitê Técnico Estatutário de Relacionamento Institucional e Sustentabilidade; e*
- *Comitê Técnico Estatutário de Transformação Digital e Inovação.*

Adicionalmente, a Diretoria Executiva conta com o assessoramento do Comitê Técnico Estatutário de Investimento e Desinvestimento, a ela vinculado, para os assuntos relacionados ao acompanhamento e execução de projetos de investimento e de desinvestimento da companhia.

A composição e as regras de funcionamento dos Comitês Técnicos Estatutários são disciplinadas em regimento aprovado pelo Conselho de Administração, disponível em nosso [site de Investidores](#) na internet.

A Diretoria Executiva também pode criar comitês de natureza deliberativa ou consultiva, vinculados a este órgão ou diretamente a um de seus membros. Esses comitês são compostos por gestores de diferentes áreas da companhia, de forma a garantir uma visão multidisciplinar nas análises e discussões das matérias, bem como no processo de tomada de decisão.

A composição e as regras de funcionamento desses comitês, denominados Comitês Executivos, são disciplinadas em regimentos aprovados pela Diretoria Executiva. Atualmente, estão em funcionamento os seguintes Comitês Deliberativos e Consultivos:

- *Comitê Executivo de Riscos;*
- *Comitê Executivo de Segurança, Meio Ambiente e Saúde; e*
- *Comitê Executivo de Transparência e Privacidade*

Conselho Fiscal

É um órgão colegiado, de caráter permanente, não integrante da administração, ao qual cabe fiscalizar o cumprimento dos deveres legais e estatutários dos administradores e defender os interesses da Petrobras e de seus acionistas.

O Conselho Fiscal é atualmente composto por cinco membros efetivos e respectivos suplentes, eleitos pela Assembleia Geral de Acionistas, todos com prazo de atuação de um ano, permitidas duas reeleições consecutivas.

São realizadas reuniões periódicas conjuntas entre o Conselho Fiscal e o Comitê de Auditoria Estatutário, cuja pauta reflete os principais acontecimentos da companhia, principalmente com relação à administração de riscos e governança.

Outras boas práticas de governança



Cabe ao Conselho de Administração da Petrobras avaliar, anualmente, o desempenho individual e coletivo do Conselho de Administração e seus comitês, bem como da Diretoria Executiva. Os critérios e a metodologia para avaliação anual são definidos pelo CA, com suporte do Comitê de Pessoas.



Todos os novos administradores e membros do Conselho Fiscal participam, por ocasião de sua posse, de treinamentos específicos oferecidos pela companhia, que visam possibilitar uma compreensão ampla acerca dos desafios, deveres e responsabilidades atinentes aos cargos, em uma empresa do porte e complexidade da Petrobras. Adicionalmente, administradores e Conselheiros Fiscais participam de treinamento anual, que visa oferecer capacitação continuada abordando temas relevantes para atuação em suas respectivas funções.



Temos um Canal de Denúncia externo e independente para o recebimento de denúncias, disponível nos idiomas português, inglês e espanhol, 24 horas por dia, em todos os dias do ano. <https://www.contatoseguro.com.br/petrobras>.



A remuneração variável do presidente e diretores é definida com base no atingimento das metas corporativas e individuais, definidas e avaliadas pelo Conselho de Administração. Pagamento diferido em cinco anos, desde que seus pré-requisitos e as metas estabelecidas sejam alcançados.



As nossas principais decisões são tomadas de forma colegiada (Conselho de Administração, Diretoria Executiva e comitês) ou compartilhadas, sendo necessário pelo menos dois gestores para aprovação do ato. Esse modelo de decisão baseia-se no *four-eye principle* (princípio dos quatro olhos), que aumenta a transparência e o controle de nosso processo decisório.

Para conhecer o **Código de Boas Práticas da Petrobras**, que reúne políticas corporativas da companhia, tais como a política de governança corporativa e societária, de gestão de riscos empresariais, de compliance, de remuneração aos acionistas e de indicação de membros da alta administração e do conselho fiscal, acesse nosso **site de Investidores** na internet.

Informações adicionais sobre nossa governança corporativa podem ser encontradas no Informe sobre o Código Brasileiro de Governança Corporativa (CBGC), apresentado anualmente à Comissão de Valores Mobiliários (CVM), em atendimento à Instrução CVM 480/09, por meio do sistema eletrônico Empresas.Net, disponível no site da CVM.

O CBGC apresenta princípios, fundamentos e práticas recomendadas para a governança corporativa de companhias abertas e adota o modelo “pratique ou explique”, adotado por diversos países, como Reino Unido, Alemanha e Holanda.

Nosso Formulário de Referência também fornece a descrição completa de nossa estrutura administrativa, principais atribuições dos nossos órgãos de governança e mudanças significativas ocorridas no exercício de 2021, nos itens 8.2, 12.1 e 12.12. O Formulário e nossos principais instrumentos de governança corporativa estão disponíveis em nosso **site de Investidores** na internet.

REMUNERAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO



A estratégia de remuneração dos administradores tem como objetivos atrair, incentivar, recompensar e reter os administradores à condução dos negócios de forma sustentável, conciliando os interesses dos acionistas e das demais partes interessadas.

A remuneração dos membros da Diretoria Executiva é composta de uma parcela fixa e outra variável. Os objetivos e práticas de remuneração são definidos considerando referenciais de mercado para empresas de porte semelhante ao nosso e visam reconhecer e remunerar os membros da DE considerando a responsabilidade, o tempo dedicado à função, a competência e reputação profissional, bem como o desempenho e os esforços dos administradores para o atingimento das nossas estratégias e metas de curto, médio e longo prazos.

A remuneração fixa da DE é composta por honorários mensais propostos pelo Comitê de Pessoas (COPE) ao Conselho de Administração e definidos anualmente pela Assembleia Geral, de acordo com o artigo 152 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (Lei das Sociedades por Ações).

Adicionalmente, de acordo com o Decreto 9.745/19, cabe à Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST) manifestar-se sobre a remuneração dos administradores das empresas estatais e instruir o voto da União nas assembleias gerais dessas empresas.

A remuneração fixa do Conselho de Administração é composta por honorários mensais propostos pelo Comitê de Pessoas ao Conselho de Administração e definidos anualmente em Assembleia Geral, de acordo com o artigo 152 da Lei das Sociedades por Ações e com a Lei nº 9.292, de 12 de julho de 1996. Os objetivos e práticas de remuneração visam remunerar os nossos conselheiros de acordo com as orientações e normas aplicáveis às estatais federais.

O nosso presidente é membro do Conselho de Administração, no entanto esta participação não é remunerada.

A remuneração fixa do Conselho Fiscal é composta por honorários mensais definidos anualmente em Assembleia Geral, de acordo com o artigo 152 da Lei das Sociedades por Ações, com o Art. 1º da Lei nº 9.292, de 12 de julho de 1996. Os objetivos e práticas de remuneração visam reconhecer e remunerar os nossos conselheiros de acordo com as orientações e normas aplicáveis às estatais federais.

Conforme orientação da SEST, a remuneração pela participação nos Comitês de Assessoramento do Conselho de Administração não deve ser incluída na remuneração global dos administradores aprovada em Assembleia.

A Assembleia Geral Ordinária (AGO), realizada em 14 de abril de 2022, deliberou a respeito da remuneração global dos administradores, dos membros do Conselho Fiscal e dos membros dos Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração nos termos do voto da União, seguindo orientação da SEST, com limite de remuneração global no período compreendido entre abril de 2022 e março de 2023 de até R\$ 39.584.080,39 a ser paga aos administradores; de até R\$ 1.090.234,43 a ser paga aos Conselheiros Fiscais; de até R\$ 2.834.609,51 a ser paga ao Comitê de Auditoria Estatutário; de até R\$ 3.488.750,17 a ser paga ao Comitê de Auditoria Estatutário do Conglomerado; e de até R\$ 1.962.421,97 a ser paga aos demais Comitês Estatutários de Assessoramento ao Conselho de Administração.

A remuneração individual máxima, mínima e média do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal encontra-se a seguir. Outras informações sobre remuneração estão disponíveis no item 13 do Formulário de Referência, disponível em nosso [site de Investidores](#).

Remuneração individual máxima, mínima e média do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal

Valores Anuais (R\$)	Diretoria Executiva		
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
Nº de membros	9,00	9,00	7,67
Nº de membros remunerados	9,00	9,00	7,67
Valor da maior Remuneração	3.079.232,01	2.937.733,28	2.711.572,79
Valor da menor Remuneração	3.034.506,31	2.166.799,72	2.023.422,94
Valor médio da Remuneração	3.939.645,02	2.738.492,19	2.929.586,16
Valores Anuais (R\$)	Conselho de Administração		
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
Nº de membros	10,58	10,00	9,75
Nº de membros remunerados	4,50	4,42	5,00
Valor da maior Remuneração	174.437,57	174.437,57	173.558,09
Valor da menor Remuneração	174.437,57	174.437,57	173.558,09
Valor médio da Remuneração	170.022,79	177.728,84	194.282,26
Valores Anuais (R\$)	Conselho Fiscal		
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
Nº de membros	5,17	5,00	5,00
Nº de membros remunerados	5,17	5,00	5,00
Valor da maior Remuneração	174.437,57	174.437,57	138.186,70
Valor da menor Remuneração	174.437,57	174.437,57	138.186,70
Valor médio da Remuneração	164.402,72	172.983,92	132.369,10

Composição e experiência profissional da Administração e do Conselho Fiscal

A descrição da experiência profissional de nossa administração e do Conselho Fiscal, bem como a caracterização de independência dos membros do Conselho de Administração e de seus comitês de assessoramento encontram-se nos itens 12.5/6 e 12.7/8 do Formulário de Referência, disponível em nosso site de Investidores na internet ou, ainda, no site da CVM.

